

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Diário do Comércio*

Class.: 1379

Data: 16.01.90

Pg.:

Matérias-Primas

Garimpeiros de Roraima começam a invadir o território da Guiana

Boa parte dos garimpeiros que iniciaram a evacuação de garimpos nas terras dos Ianomamis, em Roraima, deixou a clandestinidade para se transformar em trabalhadores legalizados em minas de ouro e diamante na República Cooperativista da Guiana. Inicialmente, 10 mil brasileiros podem emigrar para as áreas minerais da região de Arniká, que fica a 13 quilômetros da fronteira norte do Brasil, no município de Normandi com a Guiana.

A Guiana, ex-colônia da Inglaterra, é carente de mão-de-obra e, por isso, não consegue executar qualquer processo de extração de minérios nobres. Segundo o minerador Elton Rohnelt, que revelou o convite do governo guianês aos garimpeiros brasileiros ontem pela manhã a Guiana é tão rica quanto o Brasil em ouro, cassiterita e diamante. Ele disse que vários pedidos de migração estão sendo feitos no momento sem qualquer tipo de obstáculo.

Ontem no aeroporto de Boa Vista, onde a Polícia Federal mantém a operação de controle de aviões impedindo o embarque de combustível para garimpos, a migração de garimpeiros para a Guiana foi comentada por pilotos e donos de aviões como a única opção para garantir a milhares de homens que estão abandonando sua atividade principal na selva de Roraima.

Elton acha que somente aqueles garimpeiros de melhor condição financeira é que devem estabelecer-se na Guiana, pois a ocupação de áreas em um país estrangeiro requer grandes investimentos. Hoje trabalham na fronteira, segundo dados da Polícia Federal, cerca de 5 mil brasileiros extraíndo ouro e diamante de terras guianenses. Eles pagam 8% da produção líquida em forma de royalties ao governo da república e podem comercializar o produto dentro ou fora do país.

"Nós brasileiros não somos bem tratados em nossa própria terra, mas num outro país, como a Guiana, eles sabem dar valor a nossa gente", lamenta Elton Rohnelt, que desaprova a atitude do governo brasileiro de não permitir exploração de minérios em áreas habitadas por comunidades indígenas.

CONFUSÃO

Sobre os novos rumos da "Operação Selva Livre" que a partir de hoje prevê a entrada de homens da Polícia Federal para fiscalizar a saída espontânea dos garimpeiros, conforme o que foi assinado no acordo da semana passada, Elton Rohnelt classifica como grande confusão. "Se o acordo assinado não for cumprido pelo Governo, vai haver guerra entre agentes federais e garimpeiros", admite Elton. Ele acha que os garimpeiros não voltarão mais às áreas indígenas evacuadas. "Palavra de garimpeiro é lei", completa.

Revoltado com a suspensão da operação de retirada de garimpeiros das terras dos Ianomamis, o Comitê de Solidariedade aos Povos Indígenas, ligado ao Conselho Indigenista Missionário (CEMIL), iniciou ontem em Boa Vista uma panfletagem para protestar contra o acordo que prevê a criação de reservas garimpeiras em áreas de floresta nacional.

A panfletagem é feita de casa em casa e denuncia com título "Gri-

to de alerta" as manobras do Governo Federal para o genocídio contra os índios Ianomamis. O comitê pretende conseguir a solidariedade da população de Boa Vista, o que será difícil pois a maioria dos habitantes da Capital de Roraima já se revelou favorável à permanência dos garimpos, mesmo que em terras dos índios.

ALERTA

"Nossa consciência nos impede de ficar calados. Esta carta quer ser um grito de alerta", diz o bispo diocesano de Roraima, dom Aldo Mongiano, que também assina o "Comunidadeo": "Nossa reflexão continua quando vemos homens, mulheres e crianças acostumados à vida tranquila na floresta, verem suas terras invadidas, seus costumes modificados à força, suas caças afugentadas, seus rios poluídos. O índio é gente como a gente, que tem a vida diferente. E por isso merece ser respeitado".

Dom Aldo não aprova o acordo feito entre garimpeiros e o Governo, que determina a transferência de garimpeiros de terras indígenas para áreas de floresta nacional, e se negou a participar de qualquer entendimento nesse sentido. Ele defende a pura e simples expulsão dos trabalhadores das terras dos índios.

O Governo Federal vai ser acionado na Justiça se continuar com o desejo de expulsar garimpeiros de áreas indígenas e não criar opções iguais para a exploração de ouro no Estado de Roraima. A Associação Nacional dos Revendedores de Máquinas e Equipamentos para Garimpo, criada no último final de semana em assembleia geral realizada nesta Capital, entrará com uma ação de perdas e danos contra a União para tentar cobrir débitos dos garimpeiros com fornecedores, que chegam a NCz\$ 500 milhões no comércio de Boa Vista.

Com o fechamento dos garimpos, as lojas não aceitam a devolução do produto nem tampouco o trabalhador tem condições de resgatar o título por estar desempregado. O comerciante fica em débito com o fornecedor e este com a indústria. Os fundadores da associação, todos comerciantes e representantes de grandes empresas como Tobata e Agrale, entendem que há muito dinheiro em jogo para ser jogado do dia para a noite fora.

PREJUÍZOS

"Talvez o presidente da República não tenha observado que do garimpo também dependem inúmeras famílias residentes em todo o País. O simples fechamento das áreas minerais acaba com um problema político mas cria um outro problema social mais grave e complicado", disse o assessor jurídico da recém-criada associação, Euripedes Martins.

Empresas como a Petrobrás e a Shell, que abastecem os postos de revendas de combustíveis em Roraima e os aviões do garimpo, também podem amargar prejuízos com o fechamento dos garimpos. E que por mês são consumidos 1,4 milhão de litros de combustível de aviação e 2,4 milhões de litros de óleo diesel comercializados também no sistema de crediário e desconto de 30% à vista. Sem garimpo, os donos de aviões não terão condições de pagar o débito.